



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 12 de julho de 2012 (24.07)
(OR. en/fr)**

12509/12

**COPEN 171
EUROJUST 68
EJN 52**

NOTE DE ENVIO

de:	Dirk Wouters, Representante Permanente, Representação Permanente da Bélgica junto da União Europeia
para:	Rafael Fernández-Pita y González, Diretor-Geral Adjunto, Conselho da União Europeia

Data de receção: 28 de junho de 2012

Assunto:	Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos de execução dessas sentenças na União Europeia – Notificação da execução da decisão-quadro do Conselho pela Bélgica
----------	---

Exmo. Senhor:

Em conformidade com as disposições relevantes, tenho a honra de informar V. Exa. de que o Reino da Bélgica deu execução à Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, relativa às penas privativas de liberdade.

A legislação de execução relevante foi publicada no *Moniteur Belge* (jornal oficial belga) em 8 de junho de 2012, tendo entrado em vigor a 18 de junho.

Junto envio o texto jurídico adotado para efeitos de transposição integral da decisão-quadro, bem como as declarações relevantes.

É enviada à Comissão carta do mesmo teor.

(Fórmula de cortesia)

(ass.) Dirk Wouters

Notificação do Reino da Bélgica, nos termos do artigo 29.º, n.º 2, da Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia

A Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, foi transposta para o direito belga através da seguinte lei:

- Lei de 15 de maio de 2012 relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às penas ou outras medidas privativas de liberdade impostas num Estado-Membro da União Europeia.

Esta lei, publicada no *Moniteur Belge* de 8 de junho de 2012, entrou em vigor a 18 de junho de 2012. Envia-se em anexo o texto da lei.

Declarações do Reino da Bélgica respeitantes à Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia

Autoridades competentes (artigos 2.º e 4.º da decisão-quadro)

- A autoridade belga competente para transmitir uma sentença a outro Estado-Membro da União Europeia (autoridade de emissão) é:
 - o(a) Ministro(a) da Justiça, caso a pessoa condenada seja detida na Bélgica;
 - o Procurador do Rei da circunscrição judicial em que a condenação tenha sido proferida, caso a pessoa condenada não seja detida na Bélgica.
- A autoridade belga competente para dar o acordo prévio da Bélgica à transmissão de uma sentença nos termos do artigo 4.º, n.º 1, alínea c), da decisão-quadro é o(a) Ministro(a) da Justiça.
- A autoridade belga competente para reconhecer e executar uma sentença transmitida à Bélgica (autoridade de execução) é o Procurador do Rei em Bruxelas:

Parquet du procureur du Roi / Parket van de Procureur des Konings
Site Portalis / Portalssite
Rue des quatre bras / Vierarmenstraat, 2-4
1000 Bruxelles / Brussel
Tel.: 02/508.71.11
Fax: 02/508.70.97

Línguas (artigo 23.º)

Por força do disposto no artigo 23.º, n.º 1, a Bélgica aceitará qualquer certidão traduzida para neerlandês, francês, alemão ou inglês.

Ao abrigo do disposto no artigo 23.º, n.º 3, a Bélgica reserva-se o direito de, ao agir na qualidade de Estado de execução, solicitar que a sentença ou as suas partes essenciais sejam acompanhadas de uma tradução em neerlandês, francês ou alemão.
